Demonstrações Financeiras

Instituto Clima e Sociedade

31 de dezembro de 2017 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do superávit/(déficit)	
Demonstração do resultado abrangente	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



Centro Empresarial PB 370 Praia de Botafogo, 370 6° ao 10° andar - Botafogo 22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: +55 21 3263-7000

ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores do **Instituto Clima e Sociedade** Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Clima e Sociedade ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do superávit/déficit, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Clima e Sociedade em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras de exercício anterior examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota Explicativa nº 3, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação datado de 28 de julho de 2017. Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, examinamos os ajustes nos valores correspondentes das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras, referentes ao exercício de 2016 ou sobre os saldos iniciais de 1º de janeiro de 2016 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre essas demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção, em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2018.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O46

Diogo Afonso da Silva

Contador CRC-1RJ114783/O-8

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	_ Nota	2017	2016
Ativo			(reapresentado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.896	5.256
Títulos e valores mobiliários	5	5.574	4.482
Créditos a receber	· ·	117	25
Doações a receber	6	8.216	4.073
Recursos de projetos e parcerias	7	6.545	5.074
	· -	27.348	18.910
	_		
Não circulante			
Doações a receber	6	7.110	-
Recursos de projetos e parcerias	7	75	989
Imobilizado	8	122	104
Intangível	8	14	19
· ·	-	7.321	1.112
	_		
Total de etime	_	24.000	20,022
Total do ativo	=	34.669	20.022
Passivo Circulante Contas a pagar Obrigações tributárias Obrigações trabalhistas e sociais Recursos para projetos sociais	9 10	36 7 171 20.138	1 - 169 13.569
Recursos vinculados a parcerias	11	6.545	5.074
recursos viriculados a parcerias	'' -	26.897	18.813
	_	20.007	10.010
Não circulante			
Recursos para projetos sociais	10	7.110	-
Recursos vinculados a parcerias	11	75	989
·	<u>=</u> _	7.185	989
Patrimônio líquido	12		
Patrimônio social		220	34
Superávit do exercício		367	186
•	_	587	220
Total do passivo e patrimônio liquido	_	34.669	20.022
	_		

Demonstração do superávit (déficit) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
			(reapresentado)
Receitas operacionais		18.460	12.202
Com restrições		18.438	12.143
Programas de assistência social	13.1	18.128	11.993
Rendimentos financeiros	13.2	308	175
Variação cambial	13.3	2	(25)
Sem restrições	13.4	22	59
Contribuições e doações voluntárias		9	1
Prestação de serviços		-	58
Outras receitas		13	-
Custo das atividades sociais		(15.351)	(9.099)
Atividades programáticas	14	(15.351)	(9.099)
Resultado bruto	_	3.109	3.103
Despesas operacionais		(2.742)	(2.917)
Despesas com pessoal	15.1	(1.355)	(1.389)
Serviços prestados	15.2	(269)	(564)
Viagens e estadias	15.3	(425)	(355)
Despesas gerais e administrativas	15.4	(512)	(506)
Despesas tributárias	15.5	(152)	(84)
Depreciação e amortização	8	(29)	(19)
Superávit do exercício	<u> </u>	367	186

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	2017	2016 (reapresentado)
Superávit do exercício Outros resultados abrangentes	367	186 -
Resultados abrangentes do exercício	367	186

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Patrimônio social	Superávit/ (déficit)	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2015	34	-	34
Superávit do exercício de 2016	-	186	186
Saldos em 31 de dezembro de 2016	34	186	220
Incorporação do superávit Superávit do exercício de 2017	186 -	(186) 367	- 367
Saldos em 31 de dezembro de 2017	220	367	587

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

_	2017	2016
		(reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	367	186
Superávit do exercício	301	100
Ajustes para reconciliar o superávit ao fluxo de caixa das atividades operacionais		
Depreciação/amortização	29	19
Superávit do exercício ajustado	396	205
Variações nos ativos e passivos		
Créditos a receber	(92)	(1)
Doações a receber	(11.253)	(4.073)
Recursos de projetos e parcerias	(557)	(6.063)
Contas a pagar	35	-
Obrigações trabalhistas, fiscais e sociais	9	82
Recursos para projetos sociais	13.679	13.128
Recursos vinculados a parcerias	557	6.063
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) operações	2.378	9.136
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(1.092)	(4.482)
Aquisição de bens (imobilizado e intangível)	(42)	(41)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	(1.134)	(4.523)
Aumento de caixa e equivalente de caixa	1.640	4.818
Saldo inicial de caixa e equivalente de caixa	5.256	438
Saldo final de caixa e equivalente de caixa	6.896	5.256

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto social

O Instituto Clima e Sociedade ("iCS" ou "Instituto") é uma associação civil sem fins lucrativos, de direito privado, localizada na Rua General Dionísio, nº 14 - parte, Humaitá - Rio de Janeiro (RJ), registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas no dia 11 de maio de 2015.

O iCS é uma organização que promove prosperidade e economia de baixo carbono no Brasil. A organização faz parte de uma rede de refinanciadores filantrópicos que catalisam políticas climáticas de nível global, nacional e regional com o objetivo principal de reduzir a emissão de gases de efeito estufa.

De acordo com seu estatuto, o iCS visa a um Brasil próspero e justo liderando a transição para 1,5°C, tornando-se uma referência para outros países em desenvolvimento. Como finalidade social, a organização apoia ações relacionadas à mudança climática alinhada com a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável. A sua missão é tornar-se reconhecido como um centro de excelência da filantropia no Brasil, voltado às mudanças climáticas, por meio de:

- (a) Apoio financeiro (*Grant Making*): apoiar e promover organizações e projetos da sociedade civil, academia e governo;
- (b) Mobilização de Recursos (*Mobilizing Resources*): engajar a filantropia nacional e internacional, bem como outros agentes financeiros;
- (c) Conexão (Convening): conectar parceiros e catalisar ações transversais aos setores.

O iCS foca suas ações em:

Política climática e engajamento

Assegurar uma vigorosa participação política e governança no tema das mudanças climáticas em nível nacional e local. A partir do engajamento de uma gama de atores no tema climático, é possível planejar ações de longo prazo e promover medidas econômicas que favoreçam o desenvolvimento de baixo carbono.

Energia elétrica

Estimular iniciativas nas áreas de eficiência energética, geração distribuída e *smart grid*; promoção de energias renováveis (principalmente solar, eólica e de biomassa); diminuição de geração de eletricidade por fontes fósseis, e democratização e descentralização do planejamento do setor elétrico no Brasil. Acreditamos que há potencial para chegarmos a um setor elétrico com emissão zero, além de uma área de combustível com o menor teor de carbono possível. Para promover esse cenário, trabalhamos com o setor privado, os poderes reguladores e os consumidores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto social -- Continuação

Mobilidade urbana

Adotar planos de mobilidade urbana de baixo carbono, que priorizem os transportes públicos e a mobilidade ativa. Envolver e engajar a sociedade civil e grupos de reflexão (*thinktanks*) para pensar em modelos inovadores para este setor, garantindo que a sustentabilidade sobreponhase às ações isoladas. Entre os objetivos principais, destacamos o monitoramento e a execução das políticas de mobilidade, além do aprofundamento do debate sobre a economia, qualidade do ar, saúde e tecnologias de transporte.

Economia de baixo carbono

Gerar evidências e criar condições para que o setor privado e os poderes reguladores de governo caminhem o mais rápido possível para uma economia de baixo carbono no Brasil. Nossa estratégia é facilitar a construção de um modelo de desenvolvimento que concilia a trajetória de crescimento econômico e inclusão social com baixas emissões. Os investimentos nesse modelo resultam na redução de gases de efeito estufa, além de beneficiar empresas que adotam métodos mais eficientes em suas linhas de produção.

2. Base de apresentação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas (Resolução Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.255/09, NBC TG (R1) 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, que aprovou o pronunciamento técnico PME do Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC) e em conformidade com a Resolução do CFC nº 1.409/12, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem finalidades de lucros, alterada e consolidada em 21 de agosto de 2015 como ITG 2002 (R1).

A Administração do Instituto autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 8 de outubro de 2018.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação--Continuação

b) Moeda funcional e apresentação

A Administração do Instituto definiu que sua moeda funcional é o Real, de acordo com as normas descritas no pronunciamento técnico CPC PME - Contabilidade para pequenas e médias empresas (Seção 30 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras).

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações dos resultados.

3. Principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Administração considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. As receitas decorrentes destas aplicações são reinvestidas nas atividades sociais do Instituto ou diretamente nos projetos específicos, quando exigência do financiador e estão destacadas na demonstração do resultado.

b) Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras se encontram classificadas como ativos financeiros mantidos para negociação, sendo apresentadas no balanço patrimonial a valor justo com correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos nas demonstrações do superávit (déficit). Referida classificação se deve ao fato da intenção da Empresa em negociar as aplicações financeiras na medida em que houver necessidade de recursos para liquidação de suas obrigações.

c) Doações a receber

Refere-se a contratos firmados com doadores cujo recebimento ocorrerá em exercícios futuros e estão apresentados pelo seu valor contratual atualizado, quando aplicável, pela variação cambial do período. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Administração do Instituto não constituiu provisão para perda por risco de crédito, em função de não haver expectativa de não recebimento desses montantes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

d) Recursos para projetos sociais

Os recursos para projetos sociais correspondem às obrigações que o Instituto ainda possui de aplicar os recursos de contratos firmados com os doadores no portfólio de projetos sociais a serem apoiados pelo Instituto e para realização das atividades institucionais atualizado, quando aplicável, pela variação cambial do período.

e) Recursos vinculados a parcerias e recursos de projetos e parcerias

Correspondem às obrigações de repasse que ocorrerá em exercícios futuros e aos direitos de recebimento das prestações de conta sobre esses de recursos, conforme previstos nos contratos de doação firmados entre o Instituto e seus parceiros e estão apresentados pelo seu valor contratual.

f) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido do valor da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear e com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica estimado dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for incorrido.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

g) Patrimônio líquido

Representado pelo patrimônio social do Instituto Clima e Sociedade - iCS acrescido dos resultados superavitários ou deficitários anuais, conforme o caso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

h) Reconhecimento de receita

Receita operacional

As receitas com restrições registram os recursos recebidos, firmados em instrumentos contratuais e destinado às atividades sociais desenvolvidas pelo Instituto. São reconhecidos como obrigação do Instituto perante os doadores e são contabilizados inicialmente no passivo. Essas obrigações têm seu reconhecimento em conta de receita a partir da realização efetiva das despesas.

As receitas sem restrições registram os recursos de prestação de serviços e das contribuições e doações voluntárias. As receitas de doações voluntárias são varáveis, não existindo um compromisso firmado entre as partes do valor a ser doado e normalmente variam em função do nível de assistência que o doador está disposto a oferecer ao Instituto. Desta forma, estas receitas são apenas reconhecidas quando a certeza de sua realização, ou seja, são reconhecidas apenas quando do recebimento das mesmas. A impossibilidade de reconhecimento destas receitas por regime de competência deve-se ao Instituto não possuir conhecimento prévio dos valores que serão recebidos e por isso, estas doações são reconhecidas no momento de seu recebimento. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e efeito da variação cambial proveniente de operações em moeda estrangeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

i) Obrigações e isenções tributárias

O Instituto, por sua finalidade e objetivos e por atender aos requisitos da legislação em vigor, usufrui de isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Não estão abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras que, de acordo com a norma tributária, são retidos na Fonte.

j) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são reconhecidos nos balanços somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

j) <u>Ativos e passivos circulantes e não circulantes</u>--Continuação

Os passivos são reconhecidos no balanço quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados através de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais seriam realizados, considerando as variações monetárias de acordo com as condições contratuais.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados através dos montantes pelos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias de acordo com as condições contratuais.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando os ativos são realizáveis, e os passivos exigíveis, dentro dos doze meses seguintes.

k) Custo e despesas

Custo das atividades sociais

Registram as despesas para realização dos projetos sociais que são os objetos dos contratos de doações firmados entre o Instituto e os donatários.

Despesas operacionais

São despesas relacionadas a pessoal, serviços prestados, viagens e estadias, administrativas e demais despesas necessárias para manutenção do Instituto. *Despesas financeiras*

As despesas financeiras abrangem, principalmente, as despesas com tarifas bancárias e variação cambial. As despesas financeiras são apropriadas no resultado quando incorridas ou na medida em que os benefícios são transferidos para o Instituto pelo regime de competência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

I) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

O processo de elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça uso de julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do imobilizado, recuperabilidade de ativos, dentre outros. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas. O Instituto revisa suas estimativas e premissas ao menos anualmente.

m) Mudança de políticas contábeis e reapresentação das demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 o Instituto tinha como prática contábil o reconhecimento da receita e custo de forma linear de acordo com a duração dos contratos firmados com os doadores e parceiros, independentemente da competência e realização/aplicação das doações recebidas.

Em 31 de dezembro de 2017, a Administração em conjunto com seus Conselheiros revisou as políticas contábeis e concluíram que para adequar as exigências estabelecidas na ITG 2002 seria necessário efetuar a mudança dos critérios de reconhecimento da receita e custo do Instituto de forma que ambos fossem reconhecidas quando efetivamente realizados.

Dessa forma, o Instituto está reapresentando as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro (parágrafos 41 e 42), originalmente aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 28 de julho de 2017, para aplicação de ajustes retrospectivos decorrentes de erros e políticas contábil do exercício, conforme apresentado abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

m) <u>Mudança de políticas contábeis e reapresentação das demonstrações financeiras</u>--Continuação

	2016 Publicado	Efeitos da retificação	2016 (reapresentado)
Ativo			
Circulante			
Recursos de projetos e parcerias	7.944	(2.870)	5.074
Total do ativo circulante	7.944	(2.870)	5.074
Não circulante			
Recursos de projetos e parcerias	724	265	989
Total do ativo não circulante	724	265	989
Passivos			
Circulante			
Recursos para projetos sociais	7.762	5.807	13.569
Recursos vinculados a parcerias	5.339	(265)	5.074
Total do passivo circulante	13.101	5.542	18.643
Não circulante			
Recursos vinculados a parcerias	724	265	989
Total do passivo não circulante	724	265	989
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	475	(441)	34
Superávit/(déficit) do exercício	8.157	(7.971)	186
	8.632	(8.412)	220

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

n) <u>Mudança de políticas contábeis e reapresentação das demonstrações financeiras</u>--Continuação

	2016 Publicado	Efeitos da Retificação	2016 (reapresentado)
Receitas operacionais	17.334	(5.366)	11.968
Com restrições	17.334	(5.366)	11.968
Programas de assistência social Variação cambial	18.979 (1.645)	(6.986) 1.620	11.993 (25)
Custo das atividades sociais	(6.494)	(2.605)	(9.099)
Atividades programáticas	(6.494)	(2.605)	(9.099)
Resultado bruto	11.074	(7.971)	3.103
Superávit do exercício	8.157	(7.971)	186

Os valores devem ser registrados no saldo de abertura, pois afetaram erroneamente o resultado de 2017, visto que devem ser registrados na competência de 2016, ou anterior. Para isso, devemos expurga-los de 2017 e reconhece-los no balanço de abertura.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras e os valores em trânsito.

	2017	2016
Caixa e bancos	2	-
Aplicações financeiras (i)	6.646	1.437
Valores em trânsito (ii)	248	3.819
• •	6.896	5.256

São aplicações financeiras, de liquidez imediata, mantidas no Banco do Bradesco como aplicações automáticas denominadas como Invest Plus.

⁽ii) Valores em trânsito - são os numerários das doações recebidas de fontes internacionais, cujos procedimentos de contrato de câmbio serão finalizados no decorrer do próximo exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Títulos e valores mobiliários

	2017	2016
Aplicações financeiras	5.574	4.482
	5.574	4.482

A Empresa estruturou as suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha por meio de aplicações resgatáveis a qualquer momento sem variação relevante de valor, e oferecem remuneração variando entre 95% e 97% da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), avaliada diariamente na Cetip (Câmara de liquidação e custódia).

Refere-se a recursos que são aplicáveis em Certificados de Depósitos Bancários em que as receitas financeiras decorrentes de tais aplicações são reinvestidas nas atividades sociais do Instituto ou diretamente nos projetos específicos, quando exigência do financiador.

6. Doações a receber

Os recursos de doações a receber, destinados à execução das atividades estatutárias e firmados em instrumentos contratuais, são reconhecidos no ativo tendo como contrapartida uma obrigação do Instituto perante os doadores e/ou parceiros. Essas obrigações são reconhecidas nas contas de resultado de acordo com a realização das despesas prevista no contrato firmado.

Os valores relativos às doações de recursos internacionais são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio nas datas de início de vigência dos contratos, incorporando as variações cambiais ocorridas até a data do fechamento do balanço.

O repasse dos recursos, pelo doador, está condicionado à comprovação das atividades realizadas, que é efetuada através do envio da prestação de contas periódica e apresentação das demonstrações financeiras auditadas.

O saldo deste grupo está composto da seguinte forma:

	2017	2016
Doações a receber - ativo circulante Doações a receber - ativo não circulante	8.216 7.110	4.073
•	15.326	4.073

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Doações a receber--Continuação

Descrição	Contrato	2017	2016
Doações a receber - ativo circulante			
The Children's Investment Fund Foundation - CIFF (i)	1606-01318	4.962	-
OAK Foundation - OAK (vi)	OCAT 17-645	1.395	-
Climateworks Foundation - CWF (ii)	17-1077	1.373	-
The Children's Investment Fund Foundation - CIFF (iii)	1606-01319	466	-
European Climate Foundation - ECF (iv)	-	14	-
Deutche Gesellschaft fur International - GIZ (vi)	832266011	6	-
OAK Foundation - OAK (v)	15-058	-	4.073
	-	8.216	4.073
Doações a receber - ativo não circulante			
The Children's Investment Fund Foundation - CIFF (i)	1606-01318	4.962	-
Climateworks Foundation - CWF (ii)	17-1077	1.373	-
OAK Foundation - OAK (vi)	OCAT-17-645	775	
		7.110	-

As doações a receber são firmadas nas respectivas moedas e valores abaixo demonstrados:

- (i) Contrato firmado em Dólar de US\$ 1.500 em 2018 e US\$ 1.500 em 2019.
- (ii) Contrato firmado em Dólar de US\$ 415 em 2018, US\$ 276 em 2019 e US\$ 139 em 2020.
- (iii) Contrato firmado em Dólar de US\$ 141.
- (iv) Contrato firmado em Euro de EUR\$ 4.
- (v) Contrato firmado em Dólar de US\$ 1.250.
- (vi) Contrato firmado em Reais.

7. Recursos de projetos e parcerias

Os recursos das doações do Instituto para os parceiros são condicionados e estão sujeitos ao cumprimento de obrigações previstas nos contratos, sendo assim, o total dos recursos, previstos no acordo, é apropriado na data do início do contrato.

O saldo deste grupo está composto da seguinte forma:

	2017	2016
		(reapresentado)
Recursos de projetos e parcerias - ativo circulante	6.545	5.074
Recursos de projetos e parcerias - ativo não circulante	75	989
	6.620	6.063

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Recursos de projetos e parcerias--Continuação

Recurso para projetos e parcerias

Registram o total dos recursos comprometidos nos contratos, deduzidos dos valores repassados aos parceiros. O saldo reflete os valores a serem repassados.

A seguir apresentamos a movimentação por contrato:

		Valor contrato/		
		Saldo a pagar	Valor pago em	Saldo
ID	Parceiros	2016	2017	a pagar
	Contratos de 2016	6.063	5.074	989
G-16-00142	ABESCO - Ass.Bras.Empr. Conserv.Energia	60	60	-
G-16-00089	ANDI - Comunicação e Direitos	120	120	-
G-16-00038	Casa Fluminense	167	167	-
G-16-00013	CEBDS - Conselho Empr. Bras. Desenv. Sust.	120	120	-
G-16-00112	Cidade Ativa	375	125	250
G-16-00083	ENGAJAMUNDO	50	50	-
G-16-00134	FGV - Fund. Getulio Vargas	100	100	-
G-16-00044	GREENPEACE Brasil	60	60	-
G-16-00043	IDEC - Inst. Defesa do Consumidor	250	250	-
G-16-00022	IEI - Int´l Energy Initiative	745	621	124
G-16-00023	IEMA - Inst. Energia e Meio Amb.	1.552	1.552	-
G-16-00041	ITDP - Inst. Pol. Transp.Desenv.	475	475	-
G-16-00046	LABMOB/PROURB/UFRJ	263	88	175
G-16-00015	OC - Observatorio do Clima	600	300	300
G-16-00017	PAINEL - Painel Bras. Mud.Clim.	175	175	-
G-16-00135	PPE/COPPE/UFRJ	85	85	-
G-16-00016	WRI - World ResourceInstitute	866	726	140

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Recursos de projetos e parcerias--Continuação

Recurso para projetos e parcerias--Continuação

ID	Parceiros	Valor contrato/ saldo a pagar 2017	Valor pago em 2017	Saldo a pagar
	1 4. 5511 55	2011	2017	u pugu.
	Contratos de 2017	12.435	6.804	5.631
G-17-00151	BIKE ANJO	350	175	175
G-17-00154	ESC. ATIVISMO	301	151	150
G-17-00161	GBC	177	177	-
MG-17-00162	Alfredo Sirkis	36	36	-
MG-17-00163	Goitacá	60	60	-
G-17-00166	NOSSA BH	300	300	-
G-17-00169	ESCOLHAS	1.575	700	875
G-17-00170	CBC (Forum)	900	630	270
G-17-00171	ICV	320	320	- -
G-17-00172	GCCA	250	150	100
G-17-00174	CBCS	350	175	175
MG-17-00177	CEBDS	6	6	-
G-17-00178	CentroClima (IES)	175	175	
G-17-00179	CPI	340	170	170
G-17-00180	FUNDO CASA	180	180	-
G-17-00181	PURPOSE	250	125	125
MG-17-00182	EOS	45	45 50	-
MG-17-00183	ADHR (Conectas)	50 50	50 50	-
MG-17-00184	ISER	50	50	-
G-17-00185	CASA FLUMINENSE	290	145	145
G-17-00186	ITDP	999	500	499
G-17-00187 G-17-00191	IDEC IPC	900 178	500 178	400
G-17-00191 G-17-00192	IEMA	1,200	400	800
MG-17-00192	SUL21	30	400 30	000
G-17-00193	ENGAJAMUNDO	350	200	150
MG-17-00199	DIALOGO CHINO	45	22	23
G-17-00201	INESC	50	50	-
MG-17-00203	ANDI	110	110	-
G-17-00204	AOKA LABS	285	142	143
G-17-00211	CDP	340	170	170
G-17-00211 G-17-00212	ISA	245	123	122
G-17-00212	SITAWI	200	100	100
MG-17-00217	AIDA	6	6	-
G-17-00222	IDESAM	143	113	30
G-17-00223	350.ORG	250	-	250
MG-17-00224	LAPPUS	30	30	-
G-17-00228	IIS	160	80	80
MG-17-00229	PUBLICA	12	12	-
MG-17-00230	MANDACARU	50	50	-
G-17-00234	IESP	268	-	268
MG-17-00239	LE MONDE	25	25	-
G-17-00242	CAPTAMOS	150	105	45
MG-17-00245	Rede de Fundos	48	24	24
MG-17-00249	Corrida Amiga	7	7	-
G-17-00247	WRI	342	-	342
MG-17-00219	COP Jornalismo	7	7	-
Total		18.498	11.878	6.620

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado e intangível

Representam os valores e a movimentação dos bens do Instituto durante o exercício. O Instituto julga que as taxas de depreciação aplicadas estão razoavelmente ligadas à vida útil-econômica dos bens:

	Taxas anuais depreciação	Valor líquido 31/12/2016	Aquisições	Depreciação/ amortização	Valor líquido 31/12/2017
Informática	20%	54	12	(16)	50
Móveis e utensílios	10%	36	-	(4)	32
Máquinas e equipamentos	10%	14	30	(4)	40
Total do imobilizado		104	42	(24)	122
Intangível - software	20%	19	-	(5)	14
Total do intangível	,	19	-	(5)	14

	Taxas anuais depreciação	Valor líquido 31/12/2015	Aquisições	Depreciação/ amortização	Valor líquido 31/12/2016
Informática	20%	28	33	(7)	54
Móveis e utensílios	10%	32	8	(4)	36
Máquinas e equipamentos	10%	17	-	(3)	14
Total do imobilizado		77	41	(14)	104
Intangível - software	20%	24	-	(5)	19
Total do intangível		24	-	(5)	19

A administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos não serão recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e concluiu que não existia a necessidade de registrar provisão de perda sobre seu ativo imobilizado.

9. Obrigações trabalhistas e sociais

	2017	2016
Provisão de férias e encargos	171	169
	171	169

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Recursos para projetos sociais

São recursos decorrentes de contratos de doação firmados com diversas instituições nacionais e internacionais, que são destinados à aplicação no portfólio de projetos sociais a serem apoiados pelo Instituto e para realização das atividades institucionais.

Os recursos estão representados no passivo pelo valor total do contrato firmado entre o Instituto e a instituição doadora, deduzidos dos valores apropriados no resultado referente ao período corrente e das variações cambiais, quando aplicáveis. Os recursos internacionais são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data inicial do termo de doação, acrescido das variações cambiais ocorridas até a data da liquidação dessas transações.

A seguir apresentamos a composição do saldo por instituição doadora:

Entidades doadoras	Saldo 2016 (reapresentado)	Doações	Execução	Subtotal	Doações a apropriar	Saldo 2017 a executar
_						
Arapyau	391	1.050	(1.062)	379	-	379
CIFF	295	5.103	(2.639)	2.759	10.390	13.149
Consulado PB SP	-	25	(25)	-	-	-
CWF	2.325	4.342	(4.061)	2.606	2.746	5.352
ECF	-	119	(78)	41	14	55
Embaixada da Alemanha	-	223	(1 22)	101	-	101
GIZ	-	144	(150)	(6)	6	-
HEWLETT	3.377	3.273	(3.377)	3.273	-	3.273
LARCILLC	221	-	(221)	-	-	-
OAK	6.960	1.385	(6.318)	2.027	2.170	4.197
Open Society	-	75	(75)	-	-	-
Porticus	-	742	-	742	-	742
Total	13.569	16.481	(18.128)	11.922	15.326	27.248
				Passivo circu	lante	20.138
				Passivo não		7.110
				Total		27.248

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Recursos vinculados a parcerias

Registram os recursos previstos nos contratos de doação firmados entre o Instituto e os donatários. Os valores estão representados pelo valor total firmado do contrato deduzidos dos repasses efetuados.

Os valores a repassar a projetos e parcerias são compromissos assumidos em contrato com os donatários, no entanto, a liberação dos recursos está vinculada ao cumprimento, pelos donatários, das obrigações estabelecidas nas cláusulas contratuais.

Os saldos são segregados entre passivo circulante e não circulante de acordo com o cronograma de repasses aos donatários previstos em cada contrato firmado.

A seguir apresentamos a composição dos valores a repassar aos donatários:

		Valor contrato					
		saldo a pagar				Valor a pagar	
ID	Parceiros	2017	pago em 2017	Saldo a pagar	2018	2019	Total
	Contratos de 2016	2.684	1.695	989	989	-	989
G-16-00112	CIDADE ATIVA	375	125	250	250	-	250
G-16-00022	IEI - Int'l Energy Initiative	746	622	124	124	-	124
G-16-00046	LABMOB/PROURB/UFRJ	263	88	175	175	-	175
G-16-00015	OC - Observatório do Clima	600	300	300	300	-	300
G-16-00016	WRI - World ResourceInstitute	700	560	140	140	-	140
	Contratos de 2017	10.531	4.900	5.631	5.556	75	5.631
G-17-00151	BIKE ANJO	350	175	175	175	-	175
G-17-00154	ESC. ATIVISMO	301	151	150	150	-	150
G-17-00169	ESCOLHAS	1.575	700	875	875	-	875
G-17-00170	CBC (Fórum)	900	630	270	270	-	270
G-17-00172	GCCÀ	250	150	100	100	-	100
G-17-00174	CBCS	350	175	175	175	-	175
G-17-00179	CPI	340	170	170	170	-	170
G-17-00181	PURPOSE	250	125	125	125	-	125
G-17-00185	CASA FLUMINENSE	290	145	145	145	-	145
G-17-00186	ITDP	999	500	499	499	-	499
G-17-00187	IDEC	900	500	400	400	-	400
G-17-00192	IEMA	1.200	400	800	800	-	800
G-17-00199	ENGAJAMUNDO	350	200	150	150	-	150
MG-17-00201	DIALOGO CHINO	45	22	23	23	-	23
G-17-00206	AOKA LABS	285	142	143	143	-	143
G-17-00211	CDP	340	170	170	170	-	170
G-17-00212	ISA	245	123	122	122	-	122
G-17-00214	SITAWI	200	100	100	100	-	100
G-17-00222	IDESAM	143	113	30	30	-	30
G-17-00223	350.ORG	250	-	250	175	75	250
G-17-00228	IIS	160	80	80	80	-	80
G-17-00234	IESP	268	-	268	268	-	268
G-17-00242	CAPTAMOS	150	105	45	45	-	45
MG-17-00245	Rede de Fundos	48	24	24	24	-	24
G-17-00247	WRI	342	-	342	342	-	342
Total		13.215	6.595	6.620	6.545	75	6.620

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido

a) Patrimônio social

O patrimônio social do Instituto é composto pelos superávits (déficits) dos exercícios anteriores aprovados pelo Conselho Deliberativo.

b) Superávit acumulado

Refere-se ao resultado do ano corrente. Após aprovação pela Assembleia, esses valores são incorporados ao patrimônio social do Instituto e os eventuais resultados positivos serão reinvestidos nos objetivos sociais, conforme previsto no estatuto.

13. Receitas operacionais

13.1. Receitas com restrição

Referentes a programas de assistência social, consideradas "com restrição" por dependerem do atendimento de determinadas condições estabelecidas nos contratos para serem apropriadas ao resultado de acordo com sua competência. As receitas de doações seguem conforme demonstrado:

	2017	2016
		(reapresentado)
Climate Works Foundation	4.061	6.091
Instituto Arapyau	1.062	809
OAK Foundation	6.318	1.905
Childrens Investment Fund Foundation	2.639	3.087
Latin America Regional Climate Initiative	221	-
The William and Flora Hewelett Foundation	3.377	38
Open Societ	75	-
GIZ no Brasil	150	-
ECF - European Climate Foundation	78	-
Consulado Geral do Reino dos Países Baixos em SP	25	-
Embaixada da Alemanha	122	-
Porticus	-	63
	18.128	11.993

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Receitas operacionais--Continuação

13.2. Rendimentos financeiros

	2017	2016
Rendimentos financeiros Despesas financeiras	319 (11)	221 (46)
Doop ood manoondo	308	175

13.3. Variação cambial

	2017	2016
		(reapresentado)
Ganhos cambiais	2	-
Perdas cambiais	-	(25)
	2	(25)

13.4. Receitas sem restrição

Registram os recursos não condicionados, recebidos de doações ou contribuições voluntárias de parceiros e prestação de serviços:

	2017	2016
Contribuições e doações voluntárias	9	1
Outras receitas	13	-
Prestação de serviços		58
	22	59

14. Custo das atividades sociais

Registram as despesas realizadas com as atividades programáticas previstas nas ações sociais de política climática, energia elétrica e mobilidade urbana.

	2017	2016
		(reapresentado)
Projetos e parcerias (i)	(11.878)	(7.017)
Seminários e eventos	(168)	` (97)
Serviços de terceiros	(1.654)	(545)
Recursos humanos	(1.651)	(1.440)
	(15.351)	(9.099)

⁽i) Os recursos de projetos e parcerias se referem aos contratos de doações firmados entre o Instituto e os donatários e estão condicionados ao cumprimento de obrigações entre as partes. O reconhecimento na despesa foi efetuado a partir do repasse dos recursos para os donatários, conforme contratos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Despesas operacionais

15.1. Despesa com pessoal

	2017	2016
Remuneração	(896)	(934)
Encargos sociais	(306)	(409)
Benefícios (i)	(153)	`(46)
	(1.355)	(1.389)

⁽i) Os valores mais relevantes dos benefícios se referem às despesas com plano de saúde médico e odontológico.

15.2. Serviços prestados

Registram as despesas realizadas com contratação de serviços de pessoas físicas e jurídicas, conforme demonstrado na tabela abaixo:

	2017	2016
Serviços Prestados PF Servicos Prestados PJ (i)	(29) (240)	(43) (521)
	(269)	(564)

⁽i) As despesas com serviços prestados PJ referem-se a serviços de consultorias e/ou assessorias, tais como, auditoria, contabilidade, assistência jurídica e informática, entre outros.

15.3. Viagens e estadias

Registram as despesas realizadas com passagens, diárias hospedagens e outras despesas relacionadas às viagens, como condução, lanches e seguros, conforme demonstrado na tabela abaixo:

2017

2016

		2010
Passagens aéreas Diárias e hospedagens	(222) (153)	(236) (77)
Outras despesas com viagens	(50)	(42)
	(425)	(355)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Despesas operacionais--Continuação

15.4. Despesas gerais e administrativas

Referem-se aos gastos para manutenção do escritório e atividades gerais, conforme demonstrado na tabela abaixo:

	<u>2017</u>	2016
Infraestrutura Despesas de uso e consumo	(421) (91)	(364) (142)
·	(512)	(506)

15.5. Despesas tributárias

O montante registrado refere-se ao IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) incidente sobre operações de câmbio geradas pelas doações recebidas, ao IR (imposto de renda) incidente sobre as aplicações financeiras, variação monetária e cambial e às tarifas bancárias.

	2017	2016
Imposto sobre operações financeiras Imposto de renda sobre aplicações	(89) (63)	(27) (57)
imposto de fonda obbio aplicações	(152)	(84)
	(102)	(0+)

16. Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

O Instituto apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

As informações abaixo apresentam resumo sobre a exposição do Instituto a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos do Instituto, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

Estrutura do gerenciamento de risco

O Instituto avalia os riscos nos seus instrumentos financeiros e define quais são os limites apropriados e aceitáveis considerando as suas operações e objetivos.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros das aplicações financeiras, influenciem nos ganhos auferidos em função do seu portfólio ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O Instituto administra os riscos de mercado através de aplicações financeiras em fundos de baixo rico de mercado e com baixa alavancagem financeira, sempre em instituições financeiras de primeira linha.

Risco de taxa de câmbio

Risco de taxa de câmbio decorre da possibilidade do Instituto ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações de câmbio.

O Instituto apresenta ativos indexados à moeda estrangeira, em especial dólar americano e euro, provenientes das doações recebidas por entidades internacionais, o que causa a volatilidade nos seus resultados e em seu fluxo de caixa proporcional à flutuação da taxa de câmbio.

Risco de crédito

Os valores de caixa e equivalentes de caixa apresentados na tabela abaixo representam a máxima exposição de crédito sobre esses ativos.

	2017	2016
Caixa e bancos	2	-
Aplicações financeiras	6.646	1.437
Valores em trânsito	248	3.819
	6.896	5.256

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de o Instituto encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

Estrutura do gerenciamento de risco--Continuação

Risco de liquidez--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017, a Empresa mantinha fundos de curto prazo de R\$12.470 (R\$9.738 em 2016). A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Empresa, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano
Em 31 de dezembro de 2017 Fornecedores e outros passivos	36
	36
Em 31 de dezembro de 2016 Fornecedores e outros passivos	1
·	1

a) Valor de mercado de instrumentos financeiros

Os saldos do caixa e equivalentes de caixa (bancos e aplicações financeiras) e passivos circulantes (contas a pagar) correspondem ao valor de mercado em razão de o vencimento ocorrer em data próxima a do balanço.

b) Outros tipos de instrumentos financeiros

O Instituto não realizou operação com derivativos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

17. Partes relacionadas

Remuneração dos Administradores

Com o propósito de promover transparência, o Instituto destaca que:

(a) O Sr. Leonardo Vieira Lacerda é do conselho deliberativo e ocupa o cargo de Diretor do Programa de Meio Ambiente na Fundação OAK em Genebra, Suíça. A Fundação OAK também é financiadora do Instituto Clima e Sociedade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração dos Administradores--Continuação

(b) A Sra. Andreia Apponi é do Conselho Deliberativo do Instituto Clima e Sociedade e ocupa o cargo de Diretora Executiva do Instituto Arapyaú, que é um dos financiadores do Instituto.

Apesar da relação dos membros do pessoal-chave da Administração do Instituto com seus financiadores, vale ressaltar que o Estatuto Social do Instituto possui previsão de não remuneração para quaisquer membros da Diretoria e membros dos conselhos existentes. O Instituto não concede nenhum tipo de remuneração, vantagem ou benefício, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das suas competências, funções ou atividade que lhes foram atribuídas.